

PROBLEMÁTICA SÓCIO-AMBIENTAL DO LIXO E GESTÃO DA COLETA EM ÁREAS POBRES DO RECIFE-PE: UM DESAFIO TERRITORIAL

Heitor Salvador de OLIVEIRA¹

RESUMO

O lixo produzido nas cidades tem se tornado um desafio constante. Hoje, o crescimento populacional em áreas urbanas, juntamente com o aumento da produção e do consumo, constituem fatores decisivos nesse processo, pois elevam a produção de lixo nas grandes metrópoles. Nesta perspectiva, a gestão dos resíduos sólidos, principalmente a coleta de lixo, tornou-se um desafio para a qualidade de vida das populações urbanas, principalmente em áreas pobres de cidades como Recife, onde as desigualdades sociais se fazem presentes no espaço urbano. Essas diferenciações no espaço são refletidas direta e diariamente nas dificuldades de realização da coleta de lixo, devendo assim a coleta ser pensada no âmbito metropolitano, compreendendo o território da cidade como território vivido pela população, não apenas como limite político-administrativo entre bairros, regiões e municípios.

Palavras-chave: Lixo, Resíduo sólido, Recife.

ABSTRACT

The garbage produced in the cities has become a constant challenge. Nowadays, the population increase in urban areas, added with the increase of the production and the consumption, constitutes decisive factors in this process, therefore they raise the garbage production in the big metropolises. In this perspective, the management of the solid residues, mainly the garbage collection, became a challenge for the quality of life of the urban populations, mainly in poor areas of cities as Recife, where the social inequalities are present in the urban space. These differentiations are reflected directly and daily in the difficulties of accomplishing the garbage collection. Therefore, these activities must be deliberated in a metropolitan scope, understanding the city's area as a populated environment, not only as political-administrative limits between districts, regions and cities.

Key words: Garbage, Solid residue, Recife.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A grande quantidade de lixo produzido, especialmente nas cidades, é uma das preocupações cruciais no mundo hoje. O processo da industrialização fez com que o homem conseguisse modificar mais rapidamente o espaço, dominando as forças da natureza e produzindo os meios necessários à formação da sociedade capitalista, hoje, essencialmente voltada para o consumo. A partir do século XX, o desenvolvimento

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. E-mail: heitorgeoufpe@gmail.com.

tecnológico intensificou ainda mais o aumento dos resíduos sólidos, agravando o problema em questão.

Com o desenvolvimento técnico-científico, o modo de produção capitalista torna-se essencialmente urbano, pois é a cidade – e seus espaços contíguos – o local onde esta produção se realiza com maior intensidade, precisando cada vez mais de força de trabalho para se concretizar. Ao final do século XX, os fluxos migratórios, em busca de áreas urbanas mais dinâmicas, provocaram um expressivo crescimento populacional de aproximadamente 50% do total da população mundial e 80% do total da população brasileira (IBGE, 2000). Desse modo, as pessoas que chegavam nas referidas áreas achavam-se movidas pelo desejo, em princípio, de participarem do processo produtivo, tornando-se assalariadas.

O processo de industrialização² gerou, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1950, uma crescente produção de bens de consumo duráveis e não duráveis, tornando as cidades centros cada vez mais concentradores de produtores, consumidores e distribuidores e, conseqüentemente, o aumento de diversos tipos de resíduos sólidos.

Então, o crescimento populacional em áreas urbanas, em concomitância com o aumento da produção e do consumo, constitui, em seu conjunto, fatores que engendram diariamente significativas quantidades de lixo. Nesta perspectiva, não somente o lixo, como também, a sua gestão, tornou-se um desafio para a qualidade de vida das populações urbanas.

A gestão dos resíduos sólidos, desde o planejamento, a coleta e o destino final com o tratamento adequado, torna-se, assim, essencial à qualidade sócio-ambiental das cidades. Porém, bastante cara, segundo empresários e gestores públicos do setor; o que não deve ser concebido como um empecilho à sua concretização. Essa situação é agravada pela compreensão de muitos técnicos e gestores, os quais acreditam que o problema do lixo é apenas de natureza operacional e ecológico-ambiental, e que para a sua solução seria necessário “educar a população”, para que possa conseguir um planejamento otimizado e “sustentável”.

A elucidação deste problema, com base numa análise territorial que se fundamenta na escala da vida cotidiana, é importante para assumirmos a problemática ambiental do lixo

² Compreende-se a industrialização como um processo que vai além da mera produção de bens de consumo, mas que, ao mesmo tempo, engloba mecanismos de distribuição e consumo no âmbito de um modelo de sociedade global em que predominam os interesses do mercado capitalista.

em áreas urbanas como problema social, demonstrando que não há possibilidade de compreendê-la, apenas com base em limites territoriais administrativos (RODRIGUES, 1998).

Assim sendo, este artigo se detém numa breve análise da coleta de lixo em áreas pobres³ do Recife, na tentativa de explicar o papel dos serviços de limpeza urbana na produção do espaço urbano. E isso apreendendo os motivos e as causas que levam à permanência de deficiências quanto à distribuição, ao uso e à qualidade do seu funcionamento em grandes cidades, trazendo a experiência de uma cidade com forte desigualdade sócio-territorial.

2. CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO RECIFE-PE: UMA METRÓPOLE DESIGUAL

A cidade deveria ser entendida como resultado da produção material do homem, fruto do aperfeiçoamento da técnica e do trabalho, da necessidade da busca pelo desenvolvimento territorial. Ou seja, como um espaço coletivo onde o homem busca viver em uma sociedade de “cooperação”, a fim de garantir facilidades e avanços científicos, técnicos e culturais para todos.

Entretanto, a cidade é entendida e construída sob os parâmetros de uma sociedade capitalista, como fruto de relações de troca de mercadorias, consolidando uma significativa situação de desigualdade. A cidade é, portanto, expressão mais incisiva do processo de produção capitalista do espaço, aparecendo como produto do trabalho, da sua divisão técnica, mas também da sua divisão social sendo a sede deste vasto processo contraditório (LEFEBVRE, 2001).

Nos países pobres, ou considerados “em desenvolvimento”, as condições para a construção dos espaços de vida dos seus segmentos sociais mais pobres são as piores possíveis. O que leva à degradação desses espaços a péssimas condições de vida dos seus moradores (OLIVEIRA, 2005).

Segundo os extratos da obra do *Capital*, destacados por Paul Lafargue (2004), “na sociedade capitalista a divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria e necessita, por isso mesmo, de sua transformação em dinheiro”. Por isso, a cidade neste

³ No aprofundamento da pesquisa, ao escrevermos a dissertação de mestrado, está-se escolhendo áreas situadas no bairro do Jordão (entorno da Avenida Maria Irene), limite com o município de Jaboatão dos Guararapes.

tipo de sociedade é tida como mercadoria, deixando de lado o valor social da produção do espaço pelo homem.

Temos, então, que considerar o urbano como foco primordial do modo de produção capitalista. Para M. A. Souza (1999):

O urbano é a expressão espacial do modo de produção: é mundial, abstrato. O mundo capitalista é urbano. Indo mais além: o mundo hoje é urbano. Já a cidade é o concreto, onde vivem os cidadãos: é o material, o conjunto das infra-estruturas dos equipamentos, enfim de toda a materialidade que permite a vida coletiva de um conjunto cada vez maior de cidadãos coabitando.

Desta forma, Recife é também resultado de processos contraditórios e desiguais de produção do espaço urbano, uma cidade de muitas e diferentes paisagens, em decorrência de uma ocupação do espaço, sob os moldes do sistema capitalista, intrinsecamente relacionado aos problemas da estrutura fundiária do Nordeste açucareiro, Agreste e Sertão (ANDRADE, 1998).

Os interesses dos ricos e das classes médias sobre o espaço urbano do Recife, em especial sobre a planície, fizeram com que as populações mais pobres fossem paulatinamente expulsas das partes planas e baixas da cidade, as mais valorizadas pelo mercado imobiliário, passando a ocupar áreas de colinas (conhecidas como áreas de morro) que circundam a planície flúvio-marinha. Um processo que também não é homogêneo, na medida em que existem núcleos de resistência de áreas pobres na planície.

Sobre o processo histórico de produção do espaço urbano, Carlos (2003) nos diz que:

O Espaço produzido pela sociedade implica desconsiderar o espaço como uma existência real independente da sociedade. A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo. A reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que realidade presente e imediata. Esta se realiza no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento específico.

Assim, o urbano reproduz-se, de um lado, de forma “espontânea”, no livre jogo do mercado (no caso cotidiano, como fruto da forma lógica do processo de urbanização metropolitano), e do outro, “planejada”, na medida em que o Estado passa a intervir cada

vez mais na produção da infra-estrutura ou na criação de leis de zoneamento urbano, conforme Carlos (1994).

Deste modo, temos uma cidade núcleo de uma metrópole de um país “em desenvolvimento” (hoje considerado emergente), numa região que já foi uma das mais prósperas economicamente do país; hoje se constituindo numa “região problema”, onde as desigualdades sociais se fazem tão marcantes que podem ser percebidas, prontamente, através de sua paisagem, principalmente nas áreas habitadas pelas populações mais pobres.

3. A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA URBANA EM ÁREAS POBRES DA CIDADE: TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO DA COLETA

A partir da segunda metade do século XX, especialmente depois dos anos 1970, os serviços urbanos também se diversificaram muito, dinamizando a organização sócio-territorial da cidade; dentre os quais destacamos aqueles relacionados à coleta de lixo. Como em todo lugar que conhece o crescimento populacional e econômico, a manutenção da cidade passou a ser de fundamental importância e de difícil realização, devido à intensificação do fluxo de pessoas transitando nas áreas mais dinâmicas.

No caso específico do Recife, o intenso crescimento de ocupações em áreas de morro, alagadas e palafitas, formaram um emaranhado de ruas, becos, travessas e vielas, “espontaneamente”, ou seja, sem a intervenção do Estado, eximindo-o de dotar essas áreas mais pobres, recém ocupadas, com estruturas urbanas.

Essas diferenciações no espaço são refletidas direta e diariamente nas dificuldades de realização da coleta de lixo, a exemplo da realização da coleta em áreas de morro sem escadarias ou em palafitas. É comum nestes casos culpar o gari – ou a “falta de educação do povo” como lembrado no tópico acima – por não efetuar bem a limpeza das áreas, porém devemos pensar que esses trabalhadores têm a difícil missão de manter os espaços “públicos” da cidade limpos e transitáveis.

O trabalho realizado por eles é estafante, sobretudo devido às péssimas condições técnicas de trabalho. A sua labuta, que muitas vezes passa despercebida pela população, começa ao amanhecer e entra pela madrugada, sábados, domingos e feriados, independentemente das condições de tempo e relevo. Com excesso de peso, sobem e descem escadarias, entrando em becos e vielas. Nestes termos, o seu trabalho é considerado por muitos, o de pior *status* social, recebendo um baixo salário que mal serve para atender as suas necessidades básicas e as de sua família.

Esse excesso de peso carregado durante a coleta se deve ao fato da limpeza urbana ser realizada, muitas vezes, apenas através de tarefas orientadas por um planejamento que se baseia em cálculos, estimando a produção de lixo da população em determinada área, como se esta fosse homogeneamente plana. Com isso, definem-se os circuitos de coleta⁴ e o tempo para ser realizada, sem se pensar na dimensão territorial do serviço.

Nesta perspectiva, Santos (2005), alerta-nos para a importância da análise do território como espaço vivido pelas populações, no âmbito de processos sócio-econômicos e políticos. Assim sendo:

O território é revelador de diferenças, às vezes agudas, de condições de vida da população. Analisamos esses aspectos da realidade por meio do consumo de energia elétrica, dos equipamentos doméstico, equipamentos telefônico, da motorização, etc.

E também, de outros aspectos do espaço urbano dentre os quais salientamos o lixo.

A uniformização do cálculo traz distorções na estimativa da quantidade de lixo produzida, desconsiderando o território como revelador das diferenças na cidade. Um exemplo é o da coleta realizada nos dias de segunda-feira, mantendo-se a mesma quantidade de homens e equipamentos utilizados em outros dias da semana. Porém, em muitas áreas, principalmente aquelas ocupadas por populações de baixa renda, não há coleta aos domingos, dia em que geralmente famílias e amigos reúnem-se, aumentando a quantidade de lixo produzido, sendo depositado na segunda-feira ou no domingo, ao final do dia, para a coleta do dia seguinte.

A ausência de espaços para o armazenamento do lixo nas próprias residências daqueles moradores é um outro fator importante a ser analisado. Embora o lixo seja recolhido, quase que diariamente em alguns casos, muitos moradores não possuem espaço suficiente em suas casas para guardar os resíduos, preferindo depositá-los diretamente em locais públicos ao invés de entregar o lixo ao gari. Outros saem cedo para trabalhar, preferindo levar seu lixo para jogá-lo em algum canal ou barreira, achando assim, que ficará livre do problema; o que se deve, notadamente, à falta de informação.

Também é comum em áreas metropolitanas, onde em muitos casos os limites territoriais entre municípios são apenas ruas, os moradores utilizarem a coleta do município que dispõe de melhor estrutura e frequência, depositando o lixo no município

⁴ O circuito de coleta é o percurso, pré-estabelecido pelo planejamento, que o caminhão ou o gari deverão percorrer para realizar a coleta do lixo, possuindo início e fim, de acordo com as estimativas de peso de lixo recolhido, seguindo para o descarrego no aterro de lixo.

vizinho; ou, em outros casos, de lixos carreados de municípios vizinhos pelos córregos e canais. Estes acréscimos não são estimados pelos cálculos do planejamento, que definem a quantidade de garis que deverão realizar a limpeza.

Um outro aspecto a ser considerado é o da tipologia dos resíduos sólidos gerados em cada área da cidade, o que vai depender da função sócio-econômica que cada lugar assume e, sobretudo, da escala geográfica em que isso ocorre no espaço. A produção do tipo de lixo numa área estritamente comercial ou industrial é diferente do tipo de lixo produzido numa área residencial na qual a predominância é de lixo doméstico, variando com o adensamento (verticalização) e principalmente a renda da população⁵. Por sua vez, o lixo produzido por um *shopping center* tem características e volume diferente do lixo produzido por um pequeno comércio de bairro.

Numa cidade como Recife, onde a chamada economia informal é fonte direta de renda para as populações mais pobres, o comércio informal nos bairros em que elas residem produz uma dinâmica espacial muito própria, áreas comerciais e mesmo pequenas fábricas se misturam em bairros residenciais populosos e de baixa renda. Essa dinâmica produz um tipo de lixo e, logo, demanda uma atenção maior no planejamento da coleta. Para cada tipo específico de lixo é necessário um tipo especial de coleta que atenda a necessidades específicas e físicas do território.

Assim sendo, os serviços de limpeza urbana, em especial os da coleta de lixo, constituem um setor de difícil apreensão, devido à sua dinâmica no território. Eles estão, então, ligados diretamente aos interesses econômicos das empresas terceirizadas e da sociedade e pela distinção quanto à natureza do terciário público e quanto à do terciário privado, pois, segundo Castilho (1998), ambos têm repercussão distintas sobre o espaço geográfico que lhes serve, concomitantemente, de suporte e meio para a (re)produção e (re)organização sócio-territorial da cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje a limpeza urbana é o serviço que mais demanda investimento público em muitas cidades, incluindo Recife. Segundo dados da Empresa Municipal de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB), para 2005, (SANTOS, 2004) foram investidos, no Recife,

⁵ Ademais, quanto maior a renda das populações, maior é o poder de consumo e de produção de resíduos, estando, assim, a produção de lixo diretamente ligada aos níveis sociais de renda.

R\$78.580.000,00, somando as atividades de coleta seletiva, coleta de lixo, varrição, e capinação, dentre outros.

O discurso de que a burocracia estatal, a subutilização e o sucateamento dos equipamentos de limpeza e coleta dificultam a realização da coleta, devendo estes custos ser repassados a empresas privadas, cabendo ao Estado apenas a incumbência de gerenciá-los. Desse modo, por detrás desse discurso se esconde o fato de que a coleta de lixo é bastante lucrativa e o valor citado acima não deixa nenhuma dúvida.

Do ponto de vista social, os serviços públicos urbanos representam, ou deveriam representar, garantias básicas para melhores condições de vida. Nesse sentido, serviços como transporte, água e coleta de lixo, entre outros, não deveriam ser pensados e planejados com base no imediatismo e tendo como pressuposto essencial o lucro. No entanto, algumas observações demonstram que esses serviços vêm sendo utilizados dentro de uma lógica apenas puramente de mercado.

A gestão dos serviços de coleta de lixo e principalmente a dos aterros de resíduos sólidos, deve ser pensada de forma metropolitana, juntamente com a população, desde a coleta até o destino final do lixo produzido. Os problemas urbanos de escala metropolitana devem ser geridos na perspectiva de ações públicas integradas, reconhecendo diferentes escalas territoriais.

Porém, os conflitos político-econômicos sobre a prestação dos serviços de limpeza urbana, entre empresas terceirizadas, municípios e população, têm sido fator limitador dessa proposta. O processo de privatização das empresas estatais de serviços de limpeza urbana, que terceirizaram os serviços entregando-os às empresas privadas, tem demonstrado que a coleta de lixo é pensada unicamente como lucro, beneficiando poucos.

Desse modo, o planejamento urbano deve compreender e orientar a organização do território não apenas como limite político-administrativo, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade. Pois a compreensão do território da cidade como território vivido pela população, muitas vezes não corresponde ao do planejamento da coleta de lixo em vigor. Principalmente quanto aos seus usos nos bairros mais pobres, nos quais o acesso a serviços urbanos e a dinâmicas espaciais são bastante específicas.

Se o planejamento foi levado à condição de aspirina para resolver um mal incurável, “a desordem urbana”, como argumenta Almandrade (2008), não conseguiremos enfrentar e superar os grandes problemas sociais e urbanos, não aprofundando os problemas atinentes ao modo de produção da cidade sob a égide da lógica do capital, numa sociedade de luta entre as classes sociais.

5. REFERÊNCIAS

ALMANDRADE. A cultura e o planejamento da cidade. In: **PARTIDO DOS TRABALHADORES: Artigos**. Disponível em <http://www.pt.org.br / portalpt / index.php?option = com_content&task=view&id=10200&Itemid=201> Acesso em: 14 de fevereiro de 2008.

ANDRADE, M.C. 1998. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6.ed. Recife: Universitária/UFPE.

CARLOS, A.F.A. 1994. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. Editora da Universidade de São Paulo.

_____. 2003. **A cidade**. ed 3^a. São Paulo: Contexto.

CASTILHO. C.J.M. de. 1998. As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma nova perspectiva para a análise geográfica? **Revista de Geografia**, Recife, v. 17, n. 1/2, jan./dez.

IBGECidades@. In: **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): O Brasil Município por Município**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br / cidadesat / topwindow.htm?1>> Acesso em: 6 de julho de 2006.

LEFEBVRE, H. 2001. **O direito a cidade**. 3^o ed. São Paulo: Centauro.

MARX, K. 2004. **O Capital: Extratos de Paul Lafargue**. São Paulo: Conrad.

OLIVEIRA, H.S. de. 2005. **A terceirização dos serviços de manutenção urbana e sua repercussão no processo de produção do espaço de áreas pobres do Recife**. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 63p.

RODRIGUES, A.M. 1998. **Produção e consumo do e no espaço: Problemática Ambiental Urbana**. Disponível em

<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/ea000113.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2008.

SANTOS, A.D.A. dos. 2004. **Gestão de Resíduos Sólidos em Áreas de Zonas Especiais de Interesse Social**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais). Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 171p.

SANTOS, M.; SILVEIRA M.L. 2005. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record.

SOUZA, M.A.A. de. 1999. A Metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In: LINS, S.C.; SANTOS, M. do P.C. (Orgs). **Metrópole e globalização: Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDSP.